



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
DEPUTADO HELDER SALOMÃO – PT/ES

**REQUERIMENTO \_\_\_\_\_/2021**

(Dos Sres. e das Sras. Helder Salomão, Maria do Rosário, Erika Kokay, Túlio Gadelha, Luiza Erundina e Sâmia Bonfim)

Requer realização de audiência pública para discutir os dois anos de vigência do Decreto nº 9.759/2019 que extinguiu órgãos colegiados de Participação Popular e seus impactos para o processo democrático.

Requer, com base no art. 24, inciso III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública para discutir os dois anos de vigência do Decreto nº 9.759/2019 que extinguiu e alterou o funcionamento de órgãos colegiados de Participação Popular, como Conselhos, Comitês, grupos de trabalho, bem como avaliar seus impactos para o processo democrático.

Para tanto sugerimos a o convite das seguintes autoridades e representantes:

1. Dra. Lúcia Secoti – Presidenta eleita e destituída do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso.
2. Dra. Elisabetta Recine – Presidenta eleita do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
3. Sra. Danielle Brigida, Presidenta eleita para o do Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT+
4. Dr. Yuri Costa, Presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos
5. Dra. Ana Sandra Fernandes, Presidenta do Conselho Federal de Psicologia, órgão que perdeu assento no Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas
6. Dr. Ariel Castro, ex-Conselheiro do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
7. Dr. Carlos Bocuhy, ex-Conselheiro do CONAMA
8. Sra. Diva Santana, membra da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.
9. Dra. Vera Jatobá, ex-membra do Conselho Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo.
10. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão – PFDC/MPF
11. Organização das Nações Unidas – ONUBrasil

Apresentação: 23/03/2021 16:32 - CDHM

REQ n.16/2021

Documento eletrônico assinado por Helder Salomão (PT/ES), através do ponto SDR\_56279, e (ver rol anexo), na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.





CÂMARA DOS DEPUTADOS  
DEPUTADO HELDER SALOMÃO – PT/ES

12. Dr. Wagner Romão, Pesquisador IFCH/Unicamp
13. Dra. Débora Rezende, Pesquisadora UNB

**JUSITIFICATIVA**

Passados dois anos da edição do Decreto 9.759/19, que modificou profundamente a conformação de inúmeros colegiados e extinguiu aproximadamente 700 órgãos colegiados, como conselhos, comitês, grupos de trabalho dentre outros.

Tal enxugamento de órgãos colegiados, que mudou profundamente o funcionamento, quando não foram extintos, reduziu substancialmente a participação popular na elaboração e no monitoramento de políticas públicas, e reduziu o controle externo da administração pública.

É preciso discutir a situação da participação popular após estes dois anos, especialmente depois de um ano como 2020, onde a pandemia evidenciou inúmeros problemas na execução de políticas públicas e ações do estado foram muito criticadas.

Esta Comissão de Direitos Humanos e Minorias, que acompanhou desde o primeiro momento, precisa ter informações sobre a situação atual e como a edição deste decreto vem impactando a participação popular e a construção de políticas públicas atualmente.

Sala das Sessões, em 23 de março de 2021.

**Deputado Helder Salomão PT/ES**

**Deputada Maria do Rosário PT/RS**

**Deputada Erika Kokay PT/DF**

**Deputado Túlio Gadelha PDT/PE**

**Deputada Luiza Erundina PSOL/SP**

**Deputada Sâmia Bonfim PSOL/SP**





## **Requerimento** **(Do Sr. Helder Salomão)**

Requer realização de audiência pública para discutir os dois anos de vigência do Decreto nº 9.759/2019 que extinguiu órgãos colegiados de Participação Popular e seus impactos para o processo democrático.

Assinaram eletronicamente o documento CD210860947700, nesta ordem:

- 1 Dep. Helder Salomão (PT/ES)
- 2 Dep. Maria do Rosário (PT/RS)
- 3 Dep. Luiza Erundina (PSOL/SP)
- 4 Dep. Túlio Gadêlha (PDT/PE)
- 5 Dep. Sâmia Bomfim (PSOL/SP)
- 6 Dep. Erika Kokay (PT/DF)